FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS

um cruzamento de identidades ampliando os horizontes de luta¹

MACÊDO, Lília Maria Silva²

Resumo: O artigo volta-se para o feminismo latino-americano buscando compreender os significados gerais que estão por trás desse enquadramento específico da luta e do pensamento feminista. Em primeiro lugar, elucida-se um pouco a respeito da crítica ao etnocentrismo por meio de algumas concepções de Chandra Mohanty e Gayatri Chakravorty Spivak. Em seguida, a atenção é dirigida para a contribuição de Francesca Gargallo que procura estabelecer uma vinculação profunda entre o feminismo e a realidade social latino-americana. Por fim, esses laços são pensados a partir das dinâmicas de articulação dos próprios movimentos sociais com base em alguns estudos pioneiros sobre o assunto.

Palavras-chave: Feminismo latino-americano. Etnocentrismo. Francesca Gargallo. Movimentos sociais.

Abstract: This article focuses on latin american feminism seeking to understand the general meaning that lies behind this specific framework of feminist struggle and thoughts. Firstly, it elucidates a little about the critique of ethnocentrism through some conceptions of Chandra Mohanty and Gayatri Chakravorty Spivak. Then attention is focused on the contribution of Francesca Gargallo, who seeks to establish a deep connection between feminism and latin American social reality. Finally, these ties are thought from the dynamics of articulation of the own social movements, based on some pioneering studies on the subject.

Keywords: Latin american feminism. Ethnocentrism. Francesca Gargallo. Social movements.

¹ Este artigo foi elaborado a partir do trabalho que serviu como avaliação final para a disciplina "Feminismo e antirracismo: teorias sociais e políticas" ministrada pelo professor Luiz Augusto Campos no primeiro semestre do ano de 2015 no Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

² Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP-UFRJ. Atualmente realiza o doutorado pelo mesmo programa sob orientação do professor Breno Marques Bringel. E-mail: liliamaria.sm@gmail.com.

1. O feminismo e o processo de constituição da identidade latino-americana

Atualmente ao se utilizar o termo "feminismo latino-americano", seja para referirse a um movimento político ou a uma perspectiva teórica, se pode ter uma noção básica a respeito do que se trata. A noção mais imediata é que o termo concerne ao feminismo tal como ele se desenvolve em determinado espaço geográfico: a América Latina. De fato, não só nas informações que circulam nos meios de comunicação em massa, como também em artigos científicos, não é difícil encontrar a expressão sendo empregado dessa maneira. No entanto, é preciso ter em mente que o enquadramento especificamente latino-americano vai muito além desse sentido elementar. A simples agregação de tal adjetivo está repleta de implicações e significados para o feminismo!

Mais do que simples coordenadas espaciais, a América Latina corresponde a um amplo contexto histórico-social com parâmetros econômicos, políticos e culturais específicos. Alguns traços linguísticos, étnicos e religiosos, por exemplo, costumam ser associados à região. Contudo, como observa Alain Rouquié (1989), são tantos os elementos que podem ser mobilizados para a demarcação dos seus contornos que estes, muitas vezes, não são claros. Ou seja, surgem dúvidas quanto as nações que devem ser consideradas integrantes dessa comunidade. As grandes diferenças apresentadas, não só entre os países como também dentro das próprias fronteiras nacionais, fazem refletir sobre a complexidade dessa unidade que, como afirma Arturo Roig (1981), é forjada em meio a diversidade.

Além disso, como uma construção social continuamente elaborada ao longo da história, a América Latina, obviamente, passou por profundas transformações durante esse processo. O olhar para as distintas formas como ela foi caracterizada revela um horizonte de inúmeros conflitos e disputas políticas. Tais caracterizações foram realizadas em diferentes condições e a partir de diferentes pontos de vista, de modo a atender diferentes demandas e expectativas sociais. Em outras palavras, a América Latina de hoje não é certamente a mesma América Latina de décadas atrás e como ela é vista depende de quem a observa e de que modo, em que contexto e com que interesses o faz.

Segundo o estudo de Rafael L. Farret e Simone R. Pinto (2011), o nome "América" foi incorporado com mais força pelos nativos do continente, em especial a elite econômica do período colonial, no decorrer da luta pela independência no final do século XVIII e início do século XIX. Ele era usado para evocar o pertencimento à região e criar um elo de união entre todas as colônias que dela faziam parte, estabelecendo assim uma grande força contra a metrópole exploradora. Já em meados do século XIX, a expressão "América Latina" começou a ser difundida no âmbito de uma ideologia imperialista: a ideologia panlatina por meio da qual a França buscava justificativas para intervir e colocar sob o seu domínio os países que supostamente pertenciam à matriz cultural latina. De acordo com as autoras, o termo se perpetuou, sobretudo, pelo fato de permitir uma diferenciação em relação aos Estados Unidos, também situados no continente americano, mas vinculados à matriz cultural saxônica.

Historicamente, portanto, a identidade latino-americana foi acionada, em alguns momentos, para articular resistências no quadro das relações desiguais da geopolítica mundial, o que lhe imprimiu um caráter revolucionário. Porém, os interesses das elites locais e os intentos imperialistas franceses estiveram presentes em outros momentos da sua formulação, o que lhe conferiu um tom mais conservador. Acrescente-se ainda que esta conceituação não faz referência à matriz cultural dos grupos sociais que foram fortemente submetidos às relações de dominação: os povos originários do continente, vítimas do extermínio e da exploração colonial, e os africanos, trazidos para a região como escravos. Sob a perspectiva da importância indiscutível destes povos na formação social dos países da região, faria mais sentido pensar em uma "América Indígena" e uma "América Africana".

Desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, foram empregados inúmeros esforços intelectuais para a compreensão da realidade social latino-americana. Uma busca incessante para desvendar os seus mistérios, ou melhor, as suas particularidades, que aos olhos de muitos configuravam um desvio em relação ao padrão histórico-social europeu e norte-americano e aos olhos de outros eram manifestações que deviam ser avaliadas nos termos de seus próprios padrões. Isto resultou em um "manancial" de estudos que conformam o que hoje é denominado

"pensamento social latino-americano". Já a partir de 1950, com a formação e a autonomia do campo científico sociológico, a América Latina se consolidou como uma unidade de análise, constituindo uma área de estudos específica: a sociologia latino-americana. Neste período, os processo de desenvolvimento e modernização que se desenrolavam na região se tornaram um tema bastante debatido na área segundo visões mais ou menos críticas.

Nos dias atuais, no campo das ciências sociais não se encontram muitas interpretações abrangentes sobre a região. Como aponta Rodolfo Stavenhagen (2009), predominam análises voltadas para questões específicas e que promovem comparações entre cidades, países ou sub-regiões da América Latina. Simultaneamente, no cotidiano das relações sociais vê-se proliferar o uso do termo, que continua sendo um parâmetro importante para as relações internacionais e para as políticas de Estado. Entretanto, para além destes espaços governamentais ou da política institucional, a expressão é também utilizada por ativistas e movimentos sociais em meio às lutas pela transformação social, abrindo com isto novas possibilidades de ação.

É justamente neste ponto que se situa o feminismo latino-americano. Durante as últimas décadas do século XX, o movimento e o pensamento feministas que se originaram na região passaram a mobilizar cada vez mais esta identidade. Entretanto, o que significa para o feminismo este aporte latino-americano? O que é o feminismo latino-americano e como ele se desenvolveu nos últimos anos? Quais são as suas principais características? Entender quando, como e por que esta delimitação passou a constituir o feminismo é uma questão importante e estratégica. Ela pode contribuir para elucidar as inflexões críticas e analíticas que marcaram o desenvolvimento do pensamento e do movimento feministas, assim como as formulações e reformulações da identidade latino-americana e os seus atuais usos políticos. As discussões que seguem giram em torno destas questões.

2. A crítica ao etnocentrismo nos estudos feministas

Um dos aspectos que fundamenta o enfoque latino-americano é a crítica ao etnocentrismo. A afirmação contundente de uma vinculação regional por parte de uma parcela do feminismo responde à necessidade de diferenciar-se de uma teoria e de um movimento que procuram investigar e combater as opressões de gênero sem, contudo, atentar para o fato de que seu olhar e suas práticas estão voltadas para uma realidade específica. O que está em foco é a experiência dos países que ocupam posições centrais na dinâmica das relações capitalistas, o que, em grande parte, não corresponde à realidade dos países situados na periferia deste sistema. Enquanto o pensamento feminista permanecer centrado naquelas regiões e alheio à estas (replicando na produção do conhecimento as mesmas hierarquias de poder que se processam em outros campo) as opressões de gênero, exclusões e desigualdades a que estão sujeitas as mulheres situadas fora desses centros não serão devidamente abordadas.

O viés etnocêntrico presente em um grande número de estudos feministas foi assinalado por uma linha do pensamento feminista que se desenvolveu em sintonia com os estudos pós-coloniais, constituindo uma importante corrente dentro da teoria feminista atual. O pós-colonialismo ressalta que a exploração colonial exercida por algumas nações sobre outros povos do mundo deixou marcas sensíveis nas estruturas sociais de ambos os lados, atravessando vários períodos históricos. Tratam-se de mecanismos de poder com raízes profundas que se manifestam em diversas dimensões da vida social. As formas atuais de dominação colonial estão presentes não somente nas dinâmicas do sistema capitalista mundial e nas relações entre os Estados Nacionais, como também nas redes que promovem o intercâmbio de conhecimento entre as academias científicas, entre outras esferas da vida social.

Este desdobramento crítico do feminismo contemporâneo direcionou a sua atenção não só para as relações de gênero nas sociedades periféricas, como também para uma revisão crítica do próprio pensamento e teoria feministas. No que diz respeito a este último ponto, um dos trabalhos mais importantes é o ensaio da teórica feminista indiana, Chandra Mohanty, intitulado *Under Western Eyes* e publicado pela primeira vez

em 1984. A autora argumenta que, ao tratar das opressões nas sociedades que fazem parte do chamado "terceiro mundo", vários estudos modernos colocam em prática estratégias discursivas que simplificam as relações sociais em tal contexto. Reduzem a complexidade da vida das mulheres e a sua heterogeneidade enquanto grupo social, na medida em que as representam como um sujeito monolítico e singular.

Segundo Mohanty (2008), é muito comum que tais estudos conduzam a análise considerando as mulheres um grupo previamente constituído, cujas integrantes possuem os mesmos desejos e interesses. Ignoram as diferenças de classe e raça/etnia e não atentam para as condições materiais, simbólicas e históricas específicas nas quais elas estão inseridas. "As mulheres do terceiro mundo" torna-se o termo recorrente com que esses textos pretendem dar conta de um universo multifacetado, dinâmico e, muitas vezes, contraditório. Além disso, é comum que elas sejam tratadas como objetos já que a análise é centrada na maneira como são afetadas por diferentes instituições e sistemas sociais, como a religião, a família, a violência, a colonização, o desenvolvimento econômico, entre outros fatores. Raramente são tomadas como sujeitos que resistem, mobilizam-se e lutam contra os poderes que os oprimem.

Ainda que de forma implícita e involuntária, o padrão da sociedade ocidental (as suas relações de gênero opressivas e a forma como as mulheres ocidentais se opõem e lutam contra isso) é tomado como o referente normativo da análise. Os outros contextos são considerados apenas na medida em que se aproximam ou se distanciam deste modelo. Essa visão reducionista acarreta, assim, "a produção de uma diferença" (p. 18) que é a diferença do "Terceiro Mundo", de acordo com os termos de Mohanty (2008). É a partir desta codificação do outro como "não ocidental" que o "ocidente" pode produzir a ideia de si mesmo como algo superior e central. Com isso, o poder que exerce é muitas vezes justificado por um discurso "humanista" segundo o qual é um dever moral das "nações mais avançadas" auxiliar as "nações atrasadas" para que elas superem a condição de inferioridade em que se encontram.

Os estudos feministas que procedem de tal maneira e se baseiam em tais perspectivas acabam contribuindo para a manutenção de formas de dominação imperialistas e coloniais. Os efeitos políticos de tais construções teóricas podem ser

graves uma vez que a compreensão equivocada das relações de opressão impede a formulação de estratégias eficazes de luta e dificulta a cooperação internacional entre organizações e movimentos feministas.

Os dilemas que giram em torno das tentativas de abordar teoricamente a condição de grupos submetidos a fortes relações de opressão são também enfocados pela teórica feminista indiana Chakravorty Spivak em seu famoso ensaio *Can the Subaltern Speak?*, publicado pela primeira vez em 1988. Como observa a autora, para traçar uma história alicerçada nas experiências dos grupos que até então tinham sido sistematicamente excluídos dela, duas posturas foram adotadas pela teoria social. De um lado, havia a ideia de que os intelectuais pudessem ser porta-vozes desses grupos na medida em que representavam os seus interesses e encarnavam as suas visões de mundo. Todavia, após uma série de críticas contundentes que os teóricos contemporâneos lançaram a este posicionamento, defende-se, por outro lado, a criação de um espaço onde a voz do subalterno possa se expressar de maneira autônoma.

Neste último caso, Spivak (2010) alerta para o risco de uma crença equivocada na possibilidade de eliminação de todas as mediações que são estabelecidas para que uma fala possa ser projetada, levando a uma invisibilidade do intelectual. Ou seja, sua presença e impacto na articulação do discurso não é considerada sob a alegação de que os agentes sociais falam por si mesmos. Além disso, ainda que não o pretenda, esta postura também pode acarretar uma nova forma de objetificação e essencialização, uma vez que a designação de um lugar de fala para o subalterno é também uma forma de delimitar e distinguir um "outro".

Se o que constitui a subalternidade é o fato do subalterno não poder se expressar autonomamente, não basta nomear um espaço de fala para o mesmo, já que isso seria contraditório à condição que o define. Pode-se concluir, então, que para Spivak (2010) é a abolição da condição subalterna que deve ser visada, ainda que suas considerações propositivas a esse respeito não sejam apresentadas claramente. Assim como as formulações de Mohanty (2008), essas reflexões instigam a consideração dos significados contraditórios que podem estar contidos nos discursos que pretendem contestar as

opressões. O etnocentrismo é certamente um desses significados contraditórios contra o qual o feminismo latino-americano se debate.

2.1 A perspectiva de uma teórica feminista latino-americana

No caso do feminismo latino-americano a crítica ao etnocentrismo assume contornos específicos, como os que são traçados a partir das concepções da teórica feminista latino-americana, Francesca Gargallo (2006). Segundo a autora, tanto no caso das mulheres, quanto no caso dos povos sob domínio colonial está em jogo um mecanismo em que um particularismo se impõem como universal, suprimindo ou marginalizando tudo aquilo que escapa da sua lógica. Desta forma, a cultura moderna e ocidental dos países dominantes é eleita como o parâmetro em relação ao qual os povos não ocidentais devem ser situados, assim como as mulheres são submetidas a um mundo regido por estruturas que privilegiam os homens e são impelidas a se enquadrarem nos padrões elaborados conforme a perspectiva destes.

Por isso a autora exalta o caos, ou seja, o desconcerto que surge quando algo não se conforma a esta ordem dominante, a confrontando e desestabilizando. Ela salienta ainda que ao se unirem, se nomearem e se reconhecerem de forma independente de tais parâmetros, aqueles que são excluídos assumem uma atitude transformadora que rompe aos poucos com os laços de dominação. Os caminhos desta luta política são, entretanto, permeados por dificuldades, já que muitas vezes não se dispõe de instrumentos que funcionem fora destas lógicas opressoras, tendo que se forjar novos artifícios e novas linguagens para a contestação.

Segundo Gargallo (2006), o feminismo se constituiu e se estabeleceu como uma corrente política na modernidade, porém alguns dos seus rastros podem ser localizados em períodos anteriores. A luta se iniciou buscando fazer com que as mulheres pudessem ser incluídas naquilo que era considerado como universal (feminismo igualitário). Posteriormente esse objetivo foi redefinido no sentido de propor um rompimento total com esse ideal universalista para que as mulheres pudessem se definir autonomamente

(feminismo da diferença). As duas tendências, que marcaram a história do feminismo, ainda estão presentes no movimento e muitas vezes resultam em práticas que convergem ou que rivalizam entre si³.

Um dilema muito semelhante a este permeou o pensamento social latinoamericano, constituindo uma de suas questões essenciais. Ocorre que, por um lado, as
dinâmicas sociais da região foram analisadas tomando-se o contexto social europeu e
norte-americano como paradigma, no qual elas deveriam se encaixar para serem
avaliadas. Todavia, existia, por outro lado, o esforço de abordá-las segundo fundamentos
teóricos elaborados a partir das experiências locais, sem desconsiderar as relações
decisivas estabelecidas com outras sociedades, o que continua colocando desafios para
o pensamento crítico. Para Ailton de Souza (2012) é justamente a oposição entre essas
duas posturas que sintetiza o debate sobre a identidade latino-americana que ocorreu
no início do século XX e confrontou uma linha de estudos sobre a América Latina que
se desenvolveu nos Estados Unidos (*Latin American Studies*) à literatura regionalista e
ensaísta produzida por pensadores nativos.

Em síntese, o tema da identidade foi crucial tanto para a luta e reflexão feministas quanto para o pensamento latino-americano. Muitas das discussões nestes dois campos giraram em torno das perguntas "o que é ser mulher?" e "o que é ser latino-americana/o?", respectivamente. Para Gargallo (2006), durante muito tempo a conceituação da América Latina foi realizada sob uma tríplice mordaça, pois dela foi apagada a presença dos povos indígenas e africanos, justificando-se tal ausência com a falácia da mestiçagem generalizada. Já as outras identidades da mulher perseguidas pelo movimento feminista foram muitas vezes apropriadas pelo sistema de dominação patriarcal para renovar as formas de opressão que exerce sobre elas.

Existem outros pontos de convergência entre esses dois aportes. Como explica Gargallo (2006), os saberes que endossam os parâmetros impostos como universais

_

³ Essa conceituação indica um dos aspectos que diferencia a corrente do feminismo maternal da corrente do feminismo radical conforme estas se situam no interior da teoria feminista, correspondendo a primeira ao feminismo igualitário e a segunda ao feminismo da diferença. Entretanto, este paralelo não é traçado pela autora.

tendem a ocupar posições hegemônicas no campo cientifico, enquanto aqueles que os questionam tendem a ser marginalizados. Diante desta situação, a autora lembra como o pensamento latino-americano costuma ser desprestigiado e suas contribuições, pouco valorizadas. O seu caráter filosófico ou científico foi muitas vezes posto em questão em função do seu estilo ensaísta. Porém não se considera que esse estilo responde a outra história intelectual e o diálogo com outras tradições de pensamento, sem contar as outras condições de produção de conhecimento. Para a autora, algo semelhante ocorre com o pensamento feminista latino-americano que é deixado de lado por muitas pesquisas sobre as relações de gênero na região. Tais estudos recorrem mais frequentemente à teoria feminista produzida nos países "centrais", usufruindo assim do seu prestigio e autoridade no meio acadêmico, enquanto as autoras locais são pouco citadas⁴.

3. Estabelecendo raízes no solo latino-americano

Além de contestar os estudos feministas que tratam das opressões de gênero com os olhos voltados unicamente para o contexto dos países "centrais", o enquadramento latino-americano do feminismo também significou um esforço para estabelecer uma conexão mais profunda com a região. Este seria, por assim dizer, outro efeito da autocrítica feminista com relação ao etnocentrismo. Gargallo (2006) assim expressa a necessidade de reconhecer e assumir a realidade latino-americana como unidade de análise e referência para a luta:

No se trata de insertarnos en el mundo masculino, sino de ser nosotras en la realidad social en la que nos toca vivir. Para nosotras esta realidad es Latinoamérica, con sus diferencias nacionales y regionales, con sus pueblos en lucha por lograr una verdadera descolonización, con su desastre ecológico en marcha, con sus aportes filosóficos y sociales, con sus feminismos que, todos, jamás han desligado su reflexión del quehacer político-social. Esta Latinoamérica donde a las mujeres no se les rinde justicia: castigadas más duramente que los hombres por un

.

⁴ Retomando uma fala da feminista Urania Ungo, Gargallo ressalta que "citar es un hecho político" (2006, p. 9).

mismo delito, no tienen derecho a la legítima defensa en caso de intento de violación ni logran justicia cuando son asesinadas, mutiladas, torturadas. Esta Latinoamérica que Estados Unidos ve como "suya", como una esposa esclavizada, suya para que le sirva, para que le dé las y los trabajadores sobrantes con los que abaratar la mano de obra mundial, suya para que reconozca el valor universal de su dominación, suya para castigarla cuando se rebela. (2006, p. 157)

Na direção destas perspectivas a autora se engaja em elaborar uma história das ideias feministas latino-americanas sem perder de vista que elas estão sensivelmente conectadas com a luta política. Gargallo (2006), contudo, não ignora as dificuldades dessa empreitada e ressalta que o caráter internacionalista do movimento feminista torna muito difícil a localização precisa da origem de suas ideias em determinado contexto espaço-temporal. Por outro lado, afirma que não se trata de rechaçar completamente as contribuições teóricas que resultaram de experiências estrangeiras, mas sim manter uma postura crítica em relação a sua aplicação para a compreensão do quadro latino-americano. Note-se ainda que a autora não pretende empreender um levantamento exaustivo e sistemático, mas sim uma leitura particular sobre o desenrolar histórico dessas ideias na região. O trabalho se distingue das revisões bibliográficas que são comuns no universo das produções acadêmicas e que realizam uma síntese e um balanço de um determinado conjunto de teorias. Visando, sobretudo, provocar reflexões e questionamentos, o texto possui um estilo mais próximo dos ensaios e dos manifestos políticos.

Primeiramente ressalta que mesmo antes do século XX, quando ainda não havia um movimento feminista estruturado e consolidado na região, já existiam mulheres que problematizavam a condição feminina, especialmente no que tocava ao acesso à educação e ao direitos políticos. A autora cita nomes como o de Joana de Asbaje no século XVII, Teresa Margarida da Silva e Orta no século XVIII e Flora Tristán no século XIX. Ao longo desses períodos históricos as mulheres estiveram intensamente mobilizadas no interior de várias lutas. Desde a luta pela abolição da escravidão e pela independência até os movimentos socialistas, anarquistas e liberais, participando de partidos, sindicatos e outros tipos de organização.

Porém, para Gargallo (2006), o ponto de virada do feminismo latino-americano foi a conquista da sua autonomia enquanto movimento social de forma a constituir um espaço de reivindicações voltado efetivamente para o combate das opressões de gênero. Inicialmente suas demandas giravam em torno da busca por igualdade de direitos. Já nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o movimento aparentemente teria perdido a sua combatividade e presença na cena pública devido ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho e outras conquistas, ocasionando assim um esvaziamento de sua pauta política.

Gargallo (2006) demostra, entretanto, que esta visão está equivocada, pois foi justamente durante este período que floresceu uma fecunda produção literária. Considerada pela autora como um espaço de reflexão "protofeminista", cujas obras da poetisa mexicana Enriqueta Ochoa e da romancista colombiana Marvel Moreno são tomadas como exemplo. A partir dos anos 70 o movimento "ressurgiu" centrado na afirmação da liberdade e da diferença⁵. Neste período Gargallo (2006) destaca os trabalhos de Graciela Hierro Perezcastro e de uma série de feministas que ela influenciou, como Eli Bartra Murià e Diana Helena Maffía.

3.1 Relações e tensões com outros movimentos e orientações políticas

No quadro geral da presente discussão é importante dedicar um pouco mais de atenção a atuação do movimento feminista durante o período histórico que compreende as décadas de 1960 e 1970. O despontar do feminismo que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos nesses anos costuma ser associado ao panorama mais amplo de agitação política e cultural que lhe imprimiu um enfoque diferente em relação ao anterior, em

⁵ Esta oposição entre o feminismo pautado na igualdade versus o feminismo que exalta a diferença se assemelha ao dilema apresentado por Nancy Fraser (2001) entre a luta pela igualdade social (com demandas por políticas de redistribuição) e a luta pelo reconhecimento cultural. Fraser concebe essas vertentes como dois lados opostos que tenta conciliar ao final de sua análise. No entanto, é preciso atentar para o fato de que nem sempre estas linhas de ação excluem uma à outra na medida em que políticas de redistribuição de renda, por exemplo, podem ter um impacto decisivo no reconhecimento cultural de um determinado grupo social e vice-e-versa. Uma relativização das análises que apresentam tais tendências como absolutamente contrárias é algo que também se pode aplicar às concepções de Gargallo (2006).

que esteve mais voltado para a reivindicação dos direitos civis e políticos, culminando na luta sufragista. Neste novo contexto, o questionamento das opressões sofridas pelas mulheres em termos das relações interpessoais que se desenrolam no espaço privado ganhou um enorme destaque e a partir dele se cunhou um dos grandes lemas do feminismo: a constatação de que "o pessoal é político". Também os papéis sociais atribuídos a cada gênero foram alvo de reflexão e contestação mais profunda.

Ana Alice A. Costa (2013) argumenta que na América Latina uma nova articulação do movimento feminista ocorreu devido a confluência de vários fatores, dentre os quais sublinha o processo de modernização que permitiu, ainda com restrições, uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e no sistema educacional e a influência do cenário internacional no qual, como visto, as feministas se projetavam como atores políticos importantes. Porém, o fator que aparenta ter tido o maior peso foi o engajamento das mulheres nos movimentos de resistências e oposição aos regimes políticos ditatoriais instalados em vários países da região por grupos civis-militares, incluindo na luta armada que utilizou táticas de guerrilha no campo e na cidade. De acordo com Cynthia A. Sarti (1998) foi, sobretudo, a posterior avaliação política-pessoal dessa experiência que instigou uma reflexão feminista.

Segundo a autora, atuando desta forma as mulheres frequentemente desafiavam os estereótipos sexistas e recusavam a obrigação de se enquadrarem nos padrões tradicionais de comportamento. Porém, em muitas das organizações de esquerda em que ingressaram - sejam os sindicatos, partidos clandestinos ou grupos guerrilheiros - elas foram excluídas das posições de poder e sofreram com a discriminação e o machismo também presentes, em maior ou menor intensidade, nesses espaços. Tudo isso entrava em contradição com os ideais emancipatórios da luta. Por outro lado, também a repressão estatal incidiu de maneira diferenciada sobre as mulheres como atesta, por exemplo, a atroz experiência da tortura fortemente marcada pelo abuso sexual, dentre outras formas de violência nas quais se podia ver claramente as marcas das opressões de gênero.

É importante lembrar, ainda, que o feminismo foi rejeitado, estigmatizado e deslegitimado não só pelos grupos da direita, mas também por setores da esquerda, como relatam as duas autoras mencionadas. No primeiro caso, por desafiar muitos dos

preceitos, dentre eles a submissão da mulher, nos quais estava calcada a ética conservadora de tais grupos, era tomado uma ideologia imoral e ameaçadora. No segundo caso, há que se considerar as concepções distorcidas e equivocadas que eram disseminadas sobre o feminismo nestes meios.

Para muitos militantes de orientação socialista que perseguiam a transformação revolucionária da sociedade a partir da abolição da estrutura de classes, o feminismo era visto como um pensamento vinculado a burguesia e que instigaria a desunião da classe trabalhadora em função da divisão que supostamente estabeleceria entre os sexos. Havia ainda o argumento de que consistiria em um modismo passageiro fruto da influência cultural e política norte-americana e, portanto, reflexo do imperialismo exercido por esse país sobre a região. Já outros a consideravam uma causa válida porém secundária e de menor importância em relação a luta de classes. Ela trataria de "questões especificas" e não das "questões gerais" que estariam situadas no terreno das estruturas produtivas da sociedade, sendo estas últimas as que deveriam ter prioridade. Para alguns destes, uma vez que a "classe dominada" não estivesse mais sujeita à "classe dominante", todas as outras formas de dominação seriam superadas.

Devido a todas essas questões as feministas acabaram estabelecendo uma relação tensa com as demais organizações que se insurgiram contra os governos autoritários da região. Dentre estas estava o segmento mais progressista da igreja católica que inspiravase nas ideias da teologia da libertação. Tal segmento desenvolvia um trabalho junto as camadas populares que se organizavam entorno de demandas referentes a serviços públicos básicos - habitação, saúde, educação, segurança, saneamento, entre outros - para os seus bairros de origem. Muitas destas lutas comunitárias contaram com papel destacado de mulheres, o que correspondia a conduta proativa e a liderança que elas, de certo modo, possuíam em seus lares. As feministas conquistaram uma inserção significativa nesses "movimentos de base", porém a abordagem de temas como sexualidade, reprodução, família e violência doméstica ainda era um gesto delicado e muitas vezes encarado como um tabu devido a influência religiosa. Deste modo encontravam novamente limitações para a sua atuação.

Isto levou muitas feministas a se desligarem de tais grupos ou a desenvolverem uma dupla militância, ou seja, atuarem tanto nessas organizações quanto em outras de

caráter explicitamente feminista. Assim, elas podiam expor algumas divergências de pensamento como, por exemplo, a concepção de que os problemas vivenciados pelas mulheres não poderiam ser resolvidos simplesmente com o triunfo do socialismo, mas que requeriam um tratamento próprio. Nesse contexto, como indica Sternbach et alli (1994, p. 262), a afirmação da identidade latino-americana foi também um importante recurso para que o feminismo se posicionasse diante da esquerda frisando o seu compromisso com a região. Não sendo, portanto, uma teoria "importada" de maneira acrítica e sem conexão com a realidade local. Ao mesmo tempo as feministas se distinguiam do "movimento de mulheres", como ficaram conhecidos aqueles movimentos que eram compostos por mulheres, mas não estavam voltados prioritariamente para o combate das estruturas de poder que as oprimiam em função das relações de gênero.

Porém apesar de marcarem tais diferenças, elas mantiveram um forte vínculo ideológico, segundo Costa (2013), ao defenderem a transformação integral das estruturas sociais como parte da luta feminista, o que se tornou um traço do movimento latino-americano em comparação com o europeu e o norte-americano. Note-se ainda que enquanto vigorou o regime político de exceção, todas as organizações de esquerda, a despeito de sus discordâncias, sustentaram uma política de aliança para fazer oposição a tal regime. Logo, como reitera Sarti (1998, p. 6), o feminismo "Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade", o que também significa dizer que a crescente autonomia que conquistou em relação as associações políticas da esquerda não impediu que permanecesse articulado com elas.

O quadro delineando acima, no entanto, começou a sofrer alterações conforme os distintos países da região caminhavam em direção à abertura democrática. As pautas feministas foram ganhando cada vez mais espaço ao mesmo tempo em que os desacordos com a esquerda foram sendo debatidos mais abertamente. No caso do Brasil, analisado em particular por Costa (2013), o ano de 1975 é tomado como um marco para o movimento feminista, pois a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo definido este como o Ano Internacional da Mulher, promoveu uma série de eventos no país, criando com isso uma brecha em meio a ditadura para que as mulheres pudessem organizar e expor publicamente as suas reivindicações e pressionar o sistema autoritário.

Sob outra perspectiva, Joana Maria Pedro (2006) observa que as narrativas sobre a importância e o significado destes eventos para o "renascimento" do feminismo nos anos 1970 no Brasil eram disputadas pelas integrantes do movimento. Sendo assim, recorda que desde o início da década algumas feministas atuavam em grupos de reflexão. Por meio deles as mulheres se reuniam para realizar leituras, debater textos, trocar ideias e expor experiências pessoais, o que convertia esse espaço em um espaço de reflexão e desenvolvimento de ideias feministas. Ele contribuía para o fortalecimento dos laços (políticos e pessoais) entre as mulheres e para que elas aprimorassem o seu autoconhecimento. Esta prática, presente nos Estado Unidos e na Europa, era difundida no país por intelectuais que durante a passagem pelo exterior tinham tido contato com este método de conscientização política.

Diferenças no interior do próprio movimento feminista na América Latina também vieram à tona nessa época. Para Sarti (1998) era possível entrever duas tendências que algumas vezes convergiram e outras vezes entraram em conflito. De um lado havia uma corrente mais voltada para a atuação das mulheres na esfera pública e na esfera da política institucional. De outro lado estava a corrente mais voltada para o terreno da subjetividade, das relações interpessoais e da experiência feminina na esfera privada. Elas refletem um dilema que, para a autora, é intrínseco a busca emancipatória do feminismo, já que por vezes se esbarra na impossibilidade de realizar uma tradução no plano político da singularidade individual. Em que pese, ainda, a infinita pluralidade que caracteriza a condição social das mulheres.

4. A articulação regional do movimento feminista na América Latina

Um dos aspectos decisivos para a constituição do enquadramento latinoamericano do feminismo foi o processo de articulação dos movimentos da região que, ao longo das últimas décadas do século XX, ultrapassaram as fronteiras de suas nações de origem e começaram a atuar de forma coordenada em uma escala regional cada vez mais ampla. Isto se refletiu na formação das chamadas "redes de movimentos sociais" que, conforme a análise de Ilse Scherer-Warren (2008), requer que as demandas materiais sejam traduzidas em representações simbólicas que aproximem os atores, ou seja, permitam a construção de identidades coletivas e de pontos de referência compartilhados para que haja, ao menos em algum nível, uma convergência das pautas políticas e uma atuação em conjunto. Para a autora, dois ingredientes são fundamentais para a formação e a manutenção das redes: o respeito a diversidade (dentro de determinados limites éticos) e a busca de uma unidade no que se refere a ação.

No espaço da presente discussão não se pretende reconstruir de maneira detalhada todo esse processo, mas apenas pontuar alguns acontecimentos que colaboraram para a projeção do movimento feminista sobre a região. Com isto será possível compreender um pouco mais a respeito do modo como o movimento passou a tomar a região como uma unidade de referência para o seu pensamento e a sua ação. Nesse sentido, pode-se começar pontuando que foi durante os anos 80 que ocorreram as iniciativas mais importantes nesta direção. Seguindo o raciocínio de Sonia E. Alvarez (2003), acredita-se que isto tenha sido um resultado da dinâmica interna dos movimentos e não simplesmente algo impulsionado pela conjuntura externa. É sobretudo, um reflexo do amadurecimento das estruturas organizativas do feminismo na América Latina que, como analisado, se destacou das organizações da esquerda revolucionária e estabeleceu e consolidou as suas próprias estruturas de luta ao longo da década anterior. Estruturas estas marcadas pelo princípio da horizontalidade e com um perfil mais democrático e participativo.

Dentre os empreendimentos que atestam a capacidade de mobilização das feminista latino-americanas no esforço de pensar em conjunto as problemáticas da região no campo do gênero, o estudo de Cotta et ali (2014, p. 197) cita as Conferencias Regionais sobre a Integração da Mulher ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e Caribe, organizadas pela CEPAL, desde o final dos anos 1970. Já o evento de maior repercussão e que costuma ser lembrado como o principal marco para a articulação da militância feminista em nível regional foi o Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho (EFLAC) que foi convocado pela primeira vez por um grupo de ativistas colombianas no início dos anos 1980.

O Encontro se repetiu em países diferentes ao longo dos anos, chegando atualmente a sua 14° edição, que ocorreu em 2017 em Montevideo no Uruguai, sob o lema "Diversas, mas não dispersas!". O primeiro foi realizado na cidade de Bogotá, na

Colômbia, em 1981. O segundo na cidade de Lima, no Peru, em 1983. O terceiro na cidade de Bertioga, no Brasil, em 1985 e o quarto na cidade de Tasco, no México, em 1987. Já na década seguinte, o quinto Encontro foi realizado na cidade de San Bernardo, na Argentina, em 1990. O sexto na cidade de Costa del Sol, em El Salvador, em 1993. O sétimo na cidade de Cartagena, no Chile, em 1996 e o oitavo na cidade de Juan Dolio, na República Dominicana, em 1999.

Por meio dos Encontros, os movimentos que estavam situados em distintas localidades do subcontinente puderam estabelecer os primeiros contatos. Isto possibilitou uma aproximação de lutas travadas em contextos sócio-políticos e culturais que eram semelhantes em alguns aspectos e divergentes em outros. Como pontua Sternbach et alli (1994), este foi um espaço que viabilizou uma intensa troca de experiências entre ativistas e organizações de caráter feminista. Por meio dele puderam se estabelecer alianças, criar novos canais de comunicação e redes de apoio. Já Sonia E. Alvarez (2003) enfatiza a importância do evento para a criação de laços não só políticos, mas também pessoais. Para o debate de ideias, a discussão de estratégias e a imaginação de utopias. Para a elaboração e o fortalecimento de uma identidade regional.

Porém esses intercâmbios não produziram apenas convergências e colaborações em termos de perspectivas e ações. Eles suscitaram, igualmente, divergências que algumas vezes resultavam em conflitos, disputas e rupturas políticas. Isto evidencia a pluralidade do feminismo na América Latina, revelando-o como um universo complexo de movimentos sociais que abriga múltiplas formas de engajamento baseadas em diferentes compreensões a respeito das opressões de gênero e da maneira mais adequada para combatê-las e supera-las. Ambas as situações contribuíram para o alargamento das visões e a diversificação dos olhares feministas, o que repercutiu de modo considerável nas lutas conduzidas localmente a partir, por exemplo, da reformulação das pautas ou maneiras de atuação. Os Encontros tiveram assim um impacto abrangente para além do tempo e do espaço em que foram realizados.

Conforme analisa Sternbach et alli (1994) um dos primeiros embates que se expressou nos Encontros diz respeito a uma questão que, como visto, marcou a trajetória do movimento feminista: a relação do feminismo com o ideário socialista. De um lado estavam as "feministas independentes" que defendiam que as opressões de gênero

estariam contidas tanto nos parâmetros de uma sociedade capitalista quanto nos parâmetros de uma sociedade socialista. Para elas, portanto, manter uma dupla militância, participando de organizações feministas e socialistas simultaneamente, seria problemático. Do outro lado estavam as "feministas militantes" que defendiam que a luta pelo socialismo seria a verdadeira luta revolucionária, estando a luta feminista contido em seu interior e não existindo uma contradição entre elas.

Na segunda metade da década o outro dilema que se manifestou, de acordo com as autoras, girava entorno da relação do feminismo com os movimentos conduzidos por mulheres que se centravam em lutas populares ou comunitárias e não trabalhavam diretamente com questões de gênero. Movimentos estes que ganharam vulto diante do contexto de crise econômicas, repressões políticas e desrespeito aos direitos humanos que a região atravessava há algumas décadas. Essa questão também dividiu opiniões. Para algumas feministas, eles não poderiam ser considerados movimentos de caráter feminista sob os quais os Encontros deveriam estar centrados. Já outras questionavam a legitimidade de tal julgamento que pretendia determinar, sob um ponto de vista único, se um movimento era ou não feminista e argumentavam que independente de tal classificação todos deveriam poder participar do evento.

No decorrer dos anos, afluíram para os Encontros novas vozes reivindicando uma maior visibilidade para diferentes formas de opressão – como o racismo e a homofobia - que até então não tinham sido tratadas com destaque nos debates do evento. Negras, indígenas, lésbicas, mulheres ligadas a matrizes religiosas africanas, mulheres latino-americanas ou descendentes que residiam fora da região (imigrantes) e muitas outras, com distintos vínculos identitários, confrontaram o movimento com novas questões. Assim, consolidando uma base social cada vez mais amplas, o feminismo latino-americano era colocado diante do desafio de lidar com uma grande heterogeneidade e este foi outro ponto que gerou tensões e reflexões nos Encontros.

Nos anos 1990, os Encontros seguiram debatendo estes e outros temas centrais para o feminismo, porém o panorama político-social da América Latina passou por algumas transformações que repercutiram sob a dinâmica dos movimentos. Por um lado, como aponta Alvarez et alli (2003), conforme o processo de democratização avançou em alguns países, com o fim dos regimes ditatoriais, foi possível uma maior

participação no estado. Nesse caso, enquanto algumas feministas propunham ocupar estes espaços governamentais para intervir na formulação de política públicas direcionadas para a melhora das condições de vida das mulheres, outras acreditavam que o movimento deveria se manter de fora destas arenas políticas, mas sem deixar de exercer pressão sobre elas.

Por outro lado, a década também foi marcada por uma grande onda capitalista neoliberal que reduziu o papel do estado na economia e na provisão de serviços públicos adequados para a população. Como contrapartida, proliferaram as organizações não governamentais (ONGs) enquanto setores organizados da sociedade civil. A participação cada vez mais intensa de algumas feministas neste âmbito levou a uma especialização e profissionalização de sua atuação política, o que também foi avaliado de diferentes maneiras pelas integrantes do movimento. Aquelas que se opunham a este tipo de atuação alegavam que a necessidade de financiamento para garantir o funcionamento das ONGs, ou para viabilizar os projetos desenvolvidos no âmbito destas e de outras instituições, poderia ocasionar uma perda da autonomia do movimento que, como visto, tinha sido alcançada com a superação de muitas dificuldades. Por isso, elas se autodenominavam "feministas autônomas" em oposição as "feministas institucionalizadas" que era como denominavam as que faziam parte de tais organismos.

Além destas novas configurações do feminismo, deve-se assinalar outro processo decisivo. Como aponta Sonia E. Alvarez (2003), também este período foi especialmente favorável para a transnacionalização do movimento feminista na América Latina, o que teria sido impulsionado pela presença expressiva das feministas nas esferas hegemônicas da política internacional. Um exemplo disto, foi a intensa mobilização que ocorreu entorno da IV Conferência Mundial sobre a Mulher organizada pela ONU na cidade de Beijing, na China, em 1995. Segundo Ana Alice Alcantara Costa (2013, p. 9) esta foi "a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram de uma reunião cumbre mundial com uma rede regional organizada e integrada". No caso específico do Brasil, esta atividade em colaboração significou um valioso estreitamento dos laços com o feminismo latino-americano.

Já nos anos 2000 as feministas, junto a outros movimentos sociais, se envolveram na construção de espaços de discussão alternativos e contra hegemônicos em nível regional e global, ressalta Sonia E. Alvarez (2003). Este foi o caso do primeiro Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em 2001 na cidade de Porto Alegre no Brasil. O evento foi idealizado como um contraponto do Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em Davos na Suíça, e foi impulsionado pelo movimento antiglobalização que se ergueu contra o sistema global neoliberal. Ao longo das várias edições do evento, diferentes organizações e redes feministas – como a Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação Feminista Marcosur – coordenaram e promoveram inúmeras atividades.

Assim o feminismo latino-americano chegou ao início do século XXI após ter trilhado uma trajetória cheia de encontros e desencontros, ao longo da qual se viu diante do estado, da igreja, dos movimentos da esquerda revolucionária e dos movimentos populares. Teve de lidar com a atuação cada vez mais dinâmica das feministas em diversas esferas institucionais, governamentais e não-governamentais, nacionais, regionais e mundiais. Precisou também reconhecer e encarar as desigualdades e hierarquias presentes em seu próprio interior. De todas as formas ele se mostrou um movimento vigoroso, se firmando como uma força política importante e que ganha cada vez mais visibilidade social, o que o defronta com novos desafios.

5. Algumas considerações finais

Os significados que estão por trás da reivindicação de uma identidade latinoamericana por parte do feminismo são muitos. O presente trabalho procurou apontar
apenas alguns deles, que vão desde uma profunda crítica ao etnocentrismo até a atenção
à realidade social característica do subcontinente. É importante perceber que essa
inflexão não responde somente ao debate externo, ou seja, ao feminismo entendido
como um movimento e um pensamento que se articula globalmente. Ele responde
também a dinâmicas internas de relações travadas com outros movimentos sociais. Além
disso, o surgimento efetivo de uma "comunidade feminista latino-americana", como
apontam as autoras Alvarez et alli (2003) ao analisarem suas articulações regionais,
colocam a América Latina como uma base de atuação essencial para o movimento, uma
base social que lhe é inegavelmente constitutiva.

No entanto a presente discussão não esgota as possibilidades de análise e investigação. Permanece a questão de quais seriam as outras vias por meio do qual se dá o encontro entre essas duas vertentes do pensamento crítico e da atuação política. É importante que novas investigações sejam travadas neste sentido, uma vez que se torna cada vez mais patente o quanto este cruzamento de identidades (a identidade feminista e a identidade latino-americana) pode ampliar os horizontes de luta e constituir novos caminhos de emancipação.

Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, S. E. (2003). Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. Revista Estudos Feministas, 11(2), 533-540. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v1112/19137.pdf
- ALVAREZ, S. E., FRIEDMAN, E. J., BECKMAN, E., BLACKWELL, M., CHINCHILLA, N. S., LEBON, N., ... & TOBAR, M. R. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. Estudos Feministas, 11(2), 541. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000200013
- COSTA, A. A. (2013). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero, 5(2). Disponível em: http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285
- COTTA, C. C., PEREIRA, J. M. V., & DE SOUZA FONSECA, C. R. (2014). Redes de movimentos sociais: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina. Tecnologia e Sociedade, 10(20), 188-200. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2650/1752
- DE SOUZA, A. (2012). América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 4(4), 29-39. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364
- FARRET, R. L., & PINTO, S. R. (2011). América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. Topoi (Rio de Janeiro), 12(23), 30-42. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23.php

- FRASER, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 245-282.
- GARGALLO, F. (2006). Ideas feministas latinoamericanas. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México.
- MOHANTY, C. T. (2008). Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial. Suárez Navaz, Liliana y Hernández, Aída. Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Cátedra, 112-161.
- PEDRO, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, 26(52), 249-272. Dispível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf
- ROIG, A. A. (1981). Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano (p. 101). México: Fondo de cultura económica.
- ROUQUIÉ, A. (1989). América Latina: introducción al extremo occidente. México: Siglo XXI.
- SARTI, C. A. (1998, September). O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In Comunicação apresentada no XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago (pp. 24-26). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf
- Scherer-Warren, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória?. Caderno Crh, 21(54). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf
- SPIVAK, G. C. (2010). Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- STAVENHAGEN, R. (2009). Repensar América Latina desde la Subalternidad: El desafío de Abya-Yala. In Conferencia dictada en Secretaría Ejecutiva del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires (1-14).
- STERNBACH, N. S., Navarro-Aranguren, M., Chuchryk, P., Alvarez, S. E., & SANTARRITA, M. (1994). Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. Estudos Feministas, 255-295. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213

Enviado: 19.04.2017 Aceito: 06.12.2017
·